

COLUNA DO CASTELLO

Sarney governa em qualquer hipótese

ATRIBUIU-SE ao ex-Presidente João Figueiredo comentário, que teria feito a médicos no Instituto do Coração, em São Paulo, segundo o qual, se o Presidente Tancredo Neves não se recuperar, "Sarney não governa" e o desfecho seria de novo a presença das Forças Armadas no poder. O comentário pode não ter sido feito, mas, além de referido por um jornal, foi transmitido ao Palácio do Planalto, sem causar, contudo, maiores preocupações.

Observa-se nas esferas da Nova República que a concordância das Forças Armadas com a Nova República é tranqüila e efetiva, como o demonstram especialmente dois fatos. O primeiro, a não inclusão, por unanimidade, do nome do General Newton Cruz na lista, organizada pelo Alto Comando do Exército, de generais designados para promoção, este ano, ao posto máximo da carreira. O segundo, a concordância do Conselho de Segurança Nacional com a eliminação dos 31 últimos municípios incluídos na área de segurança nacional, o que se efetivou mediante projeto de lei do Presidente Sarney com justificativa assinada pelo General Bayma Denys, Ministro-Chefe do Gabinete Militar.

Há uma posição coincidente entre o Governo e sua estrutura de comando militar, que já não se deixa motivar pelas razões que justificaram os atos dos Presidentes militares. Os três ministros militares e os altos comandos das três Forças têm uma atitude uniforme, constitucionalista, de respeito à legalidade e ao poder civil. Essa atitude constitucionalista das Forças Armadas é um dado novo que desautorizaria previsões do tipo da que foi atribuída ao ex-Presidente da República.

O presidente do PMDB, Deputado Ulysses Guimarães, tem, aliás, motivo seguro para saber da fidelidade do sistema militar à legalidade constitucional, através de informação que, por intermédio do Governador Íris Resende, lhe mandou o Ministro do Exército, General Leônidas Pires Gonçalves, que não hesitou em definir a fidelidade dos comandos militares à exata leitura dos textos constitucionais e sua concordância com a cronologia acertada pela Aliança Democrática, de realizar em 1986 eleições para a Assembléia Constituinte, que livremente definirá as linhas da nova ordem democrática a ser institucionalizada e definirá a extensão do man-

dato do Presidente da República, seja titular, seja seu substituto e eventual cessor, atualmente no exercício da Presidência.

O Sr Ulysses Guimarães dispõe assim de elementos para desestimular movimentos em áreas radicais da Câmara dos Deputados visando a gerar clima para, na hipótese de demorada ausência do Sr Tancredo Neves, antecipar-se a data de eleições e promover-se uma eleição direta já, para substituir o Governo implantado pelos partidos que se opuseram à continuação do regime de 1964.

Essa iniciativa está sendo tomada, aliás, pelo Governador de São Paulo, Franco Montoro, preocupado com a consolidação da legalidade democrática seja qual for o desfecho do drama pessoal que vive o Presidente Tancredo Neves. Os Governadores, com a exceção do Sr Espiridião Amin, de Santa Catarina, e provavelmente do Sr Leonel Brizola, do Rio de Janeiro, deverão constituir uma faixa de segurança institucional. Foi o Sr Montoro, aliás, como se recorda, quem tomou a iniciativa de mobilizar governadores e o PMDB para aceitar a disputa no Colégio Eleitoral e indicar como candidato o então Governador de Minas.